

ACM só aceita alíquota alta se for para social

● BRASÍLIA e RIO. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), estabeleceu uma condição para aceitar a prorrogação no próximo Orçamento da alíquota de 27,5% para o Imposto de Renda. Para o senador, a prorrogação da alíquota pode ser aprovada, desde que o Governo se comprometa a aplicá-la exclusivamente na área social.

No ano passado, quando o Governo criou o primeiro pacote de ajuste fiscal para combater a queda nas bolsas de valores da Ásia, Antônio Carlos foi contra a possibilidade de aumento de impostos e acabou obrigando o Governo a mudar de idéia.

Agora, o presidente do Senado aceita a prorrogação da alíquota mais alta, mas quer os recursos para o seu projeto de criação de um fundo de combate à pobreza.

— Prorrogar a alíquota, tudo bem, mas os recursos têm de ir para a área social. Do contrário, não tem sentido — disse Antônio Carlos.

No Rio, o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, condenou a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda. Ele defendeu a mobilização da sociedade para fazer com que a proposta seja rejeitada pelo Congresso. Lula acrescentou que essa questão já está entre as prioridades do partido.

O Orçamento para 2000 será anunciado hoje pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro do Planejamento, Martus Tavares, junto com o lançamento do programa Avança Brasil, antigo PPA (Plano Plurianual).